

REQUERIMENTO Nº. , DE 2004 – CME
(Dos Srs. Ivan Ranzolin e João Pizollatti)

“Requer, ouvido o plenário, a realização de Audiência Pública, com a presença do presidente da ANEEL, José Mário Miranda Abdo, para se manifestar sobre a legalidade da multa aplicada à CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina.”

Senhor Presidente:

Os Deputados signatários, vem, perante Vossa Excelência, com a devida vênia, requerer, com base nos Arts. 14. XIV e 32, X, “a”, “b”, ambos do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública com a presença do presidente da ANEEL, José Mário Miranda Abdo, que deverá ser convidado para, em data previamente agendada, se manifestar sobre a legalidade da multa de R\$ 7,9 milhões que a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, aplicou à Celesc – Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A., pela pane que ocasionou o corte do fornecimento de energia elétrica na cidade de Florianópolis, nos dias 29 a 31 de outubro de 2003.

JUSTIFICAÇÃO

O anúncio da decisão da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, em aplicar às Centras elétricas de Santa Catarina – CELESC, multa no valor de R\$ 7,9 milhões de reais pela pane que deixou a capital do Estado de Santa Catarina sem energia elétrica pelo período de 55 horas é mais uma agressão aos catarinenses.

Esta multa representa 0,35% do faturamento anual da Celesc, e se for paga, deverá inviabilizar a empresa catarinense e se efetivamente aplicada, estabelecerá por definitivo a culpabilidade da CELESC com

consequências desastrosas posto que, verificada a culpa da empresa catarinense, centenas de ações de indenização poderá surgir sem que aquela companhia possa se defender, causando-lhe prejuízos irreparáveis, podendo ocasionar sua insolvência, com danos para toda sociedade catarinense.

É imperioso que a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, na qualidade de órgão regulador e fiscalizador da produção de distribuição de energia elétrica, promova ações juntos as concessionárias visando criar mecanismos que evitem a repetição de acidentes como o que ocorreu na cidade de Florianópolis, no ano passado, deixando cerca de 500.000 pessoas sem energia elétrica por 55 horas.

Este episódio tem de servir como advertência para que o sistema elétrico brasileiro adote mecanismos que evitem a repetição de fato semelhante.

Quando houve o black-out na linha de transmissão de Itaipu, ainda no governo de Fernando Collor de Mello e que deixou metade do Brasil às escuras, quem foi multado pelo acontecimento?.

Este assunto merece manifestação da Comissão de Minas e Energia, que deve trabalhar juntamente com os entes envolvidos para encontrar uma solução que não puna duplamente os cidadãos catarinenses.

Sala da Comissão, em 11 de Fevereiro de 2004.

IVAN RANZOLIN
Deputado Federal

JOÃO PIZZOLATTI
Deputado Federal